

À

Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais
Exma. Senhora Secretária Renata Maria Paes de Vilhena

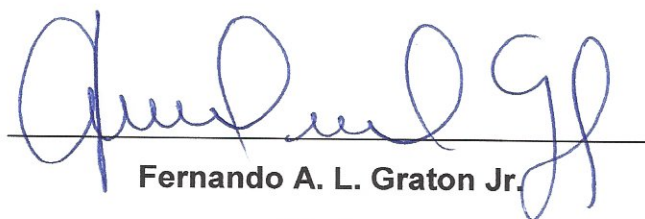
Assunto: Contribuição e Sugestões à Consulta Pública Parceria Público-Privada para a Implantação, Manutenção, Operação e Gestão de Unidades de Atendimento Integrado – UAI

Exma. Secretária,

Atendendo ao chamamento para Consulta Pública, referente à concessão administrativa para a implantação, gestão, operação e manutenção das Unidades de Atendimento Integrado (UAI), em Municípios de Minas Gerais, apresentamos, em anexo, a contribuição da empresa Shopping do Cidadão para o aprimoramento das disposições editalícias.

Solicitamos gentilmente que o documento seja aceito e anexado no processo que originou a Consulta Pública, para que após analisado faça parte do instrumento a ser publicado no certame.

São Paulo, 10 de outubro de 2012.



Fernando A. L. Graton Jr.

Diretor

SHOPPING DO CIDADÃO SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 07.917.303/0001-12

Endereço: Calçada Arcturo, 12 – Centro de Apoio II – sala 22 – parte 1

Santana de Parnaíba – SP – CEP 06541-070

e-mail: fernando.graton@shopcidadao.com.br

Telefone: (11) 3506-1100 / Fax: (11) 3506-1114

SUGESTÕES À MINUTA DO EDITAL

1. Inversão de Fases

O Edital prevê que, no procedimento de julgamento das propostas, haverá a inversão das fases de Habilitação e Proposta Comercial.

Gostaríamos de sugerir a volta da redação original, sem inversão de fases, pois, conforme experiências em licitações anteriores, isso evitaria a manobra das chamadas empresas “aventureiras”, as quais, apesar de apresentarem propostas de preço mais baixas e atrativas, não possuem qualificação para o objeto licitado (o que se constata apenas após a abertura dos respectivos documentos de habilitação). Tal situação usualmente causa grande desconforto para o ente licitante, haja vista a dificuldade de desclassificar empresas que assim atuam. Corroborando esse entendimento, insta ressaltar que a Licitação em tela é do tipo “técnica e preço”, ou seja, está-se justamente buscando a qualificação dos concorrentes que prestarão os serviços.

Diante do objeto licitado e da expectativa de combinação da técnica com o preço as condições de habilitação técnica e econômica sobressaem do que o preço ofertado. Desta sorte, para a minuta de edital em tela a Administração Pública não poderia se ater no primeiro momento ao aspecto financeiro, sob o risco de comprometer a qualidade do serviço almejado para as unidades UAI. Além disso, observa-se nesse certame que as exigências vão de encontro ao princípio da razoabilidade, ou seja primando-se inicialmente pelo preço.

Ademais, caso o escopo do certame seja adjudicado para empresa que ofertou um preço muito baixo, fatalmente esta requererá, logo após o início da execução contratual, o reequilíbrio econômico-financeiro da relação.



Entendemos que a inversão da fase de julgamento não é a mais ideal e segura, o que permite-nos sugerir o julgamento primeiro da habilitação e consequentemente técnica e preço.

Nesta afirmação, podemos citar vários editais tipo técnica e preço do governo de Minas que não utilizaram a inversão de fases e que foram ou estão em fase de conclusão com êxito, tais como:

- ✓ Concorrência Pública Nº 001/2010 – Contratação via Parceria Público-Privada para a implantação, gestão, manutenção e operação de 6 unidades UAI;
- ✓ Concorrência Pública Nº 004/2011 – Contratação de serviços de consultoria para o diagnóstico, mapeamento, proposição de melhorias, para a área de administração de pessoal do Governo do Estado de Minas Gerais – SEPLAG;
- ✓ Concorrência Pública Nº 1501122000167/2012 – Contratação de Verificador Independente das unidades UAI;

Para tanto, deverão ser alterados os itens do Edital que versam sobre o procedimento de julgamento das Propostas.

2. Objeto dividido em Lotes

A minuta de Edital prevê a divisão do objeto a ser licitado em 3 lotes, considerando a quantidade de municípios abrangidos pelas Unidades de Atendimento Integrado – UAI. Entendemos que os lotes estão equivalentes em demanda e projeção de valor de contrato.

Contudo, pela leitura que fizemos no Edital, não vislumbramos a inserção da UAI Belo Horizonte - Praça Sete. Desta forma, sugerimos que esta unidade também seja contemplada no futuro edital de concorrência, com o intuito de que todas as unidades sejam gerenciadas por meio de Parceria Público-Privada e estejam

todas passíveis das mesmas condições de indicadores de desempenho e qualidade na prestação dos serviços. Além disso, a inclusão da unidade Praça Sete possibilitaria ao Governo do Estado, diga-se Secretaria de Planejamento e Gestão, em se desvincular da função operacional das unidades UAI para se incorporar de uma função estratégica para as unidades existentes.

3. Prazo de Contrato

Estabelece a minuta de Edital um prazo de contrato em 17 (dezessete) anos de vigência. Pelos estudos preliminares realizados entendemos que a projeção da demanda, os investimentos de custeio e operação e a densidade demográfica de cada município do edital, nos permite concluir que um prazo mínimo razoável de 20 (vinte) anos é basilar de que os investimentos aplicados serão amortizados, tornando-se mais atrativo a participação de concorrentes no certame.

Além disso, uma tentativa de compatibilizar o término do prazo em consulta pública com a vigência do contrato existente da PPP da UAI celebrado com a Concessionária Minas Cidadão, poderia acarretar numa sobrecarga interna processual e riscos desnecessários para as partes.

Diante disso sugerimos que o prazo contratual seja alterado para vigência inicial de 20 (vinte) anos.

4. Valor Estimado do Contrato

Pelo edital, os valores estimados de cada lote são semelhantes e proporcionam uma distribuição equitativa de recursos financeiros.

De fato, o valor máximo de referência utilizado nas minutas em consulta é o praticado no contrato publicado e vigente para a gestão de 6 unidades UAI. Devido a experiência e risco do operador, o que não se confunde com estudos de viabilidade econômico-financeira, a partir do valor publicado os

interessados deverão apresentar valores abaixo do valor de referência, para unidades, sendo que o preço ofertado balanceará as unidades localizadas em municípios de menor conjuntura demográfica e econômica. Desta forma, torna-se inviável aplicar a “*ipsis litteris*” atribuição de preço vigente.

Diante disso, ao realizar estudos para chegar no Valor por Atendimento – VPA, entendemos que o valor não encontra relação com os investimentos e com o custo de operação. Desta sorte, permite-nos sugerir que o valor máximo por atendimento seja apresentado em R\$ 13,86 (Treze reais e oitenta e seis centavos), valor este que quando da publicação do certame seja atualizado por índices de correção aplicados no mercado.

5. Garantia de Execução Contratual

A minuta de Edital apresenta uma garantia de execução do contrato em 10% do valor Estimado do Contrato, o que representaria aproximadamente R\$ 22 milhões.

Com esse valor de garantia, o custo para essa contratação é muito elevado, o que impactaria diretamente no custeio operacional mensal das propostas comerciais concorrentes.

Considerando a premissa que se busca desta licitação é a melhor proposta técnica com o menor preço, sugerimos uma garantia no patamar entre 1% a 5% do valor correspondente à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA CHEIA a ser paga pelo PODER CONCEDENTE para os 12 (meses) subsequentes de vigência contratual, o que representaria um montante suficiente e compatível com os ônus e riscos envolvidos nessa prestação de serviço e certamente possibilitará mais de uma proposta comercial dentro dos patamares de concorrência, beneficiando assim a melhor proposta para o objeto licitado.



6. Garantia do Poder Concedente no pagamento da Contraprestação Pecuniária

Na leitura que fizemos da minuta do Edital não vislumbramos a garantia por parte do Poder Concedente para fins de assegurar o pagamento da contraprestação pecuniária. Mister ressaltar que na última licitação de PPP para as unidades UAI, o Poder Concedente ofertou como garantia títulos da dívida pública federal no montante de R\$ 10.900.000,00.

Em um Projeto de PPP (de uma forma geral), a respectiva viabilidade econômico-financeira depende, fundamentalmente, da garantia que o parceiro público prestará ao parceiro privado, a qual deve ser “expressiva”, sob pena de o Projeto não “emplacar” ou, então, de a licitação ser deserta.

A questão da garantia é fundamental, pois é em razão dela que os agentes financiadores definirão se emprestarão recursos aos entes privados (sendo que, sem o financiamento, o Projeto pode torna-se inviável).

Portanto, sugerimos que o Poder Concedente apresente a garantia para o projeto de PPP das unidades UAI, sendo o montante mínimo de recursos a ser mantido na Conta Garantia, durante todo o prazo do Contrato de Concessão, devendo corresponder ao valor da Contraprestação Pecuniária Cheia considerada para o período do contrato.

7. Capital Social da SPE

Observamos que a minuta de Edital não informa o capital social mínimo a ser constituído pela SPE. Diante disso, sugerimos que o capital social da concessionária seja de R\$ 3 milhões, considerando preliminarmente o investimento de custeio e operação que serão empregados no contrato.

Além disso o valor sugerido guarda correlação com outras concorrências públicas de PPP, para objetos semelhantes, vide consultas públicas das

unidades Vapt Vupt do Estado do Ceará, das unidades Tudo Aqui do Estado do Paraná, bem como do contrato de concessão administrativa para gerencias 6 (seis) unidades UAI, celebrado entre o Governo de Minas Gerais e a Concessionária Minas Cidadão, no ano de 2010.

8. Formação do Consórcio

A minuta do Edital não impôs limite ao número de possíveis consorciadas.

Em razão dos órgãos de controle (tribunais de contas) aceitarem, atualmente, a limitação do número de empresas consorciadas (principalmente em licitações do tipo “técnica e preço”), sugerimos a possibilidade de consórcios com até 05 empresas.

Neste passo, importa destacar que a ausência de limitação é prejudicial à execução do contrato, pois perde-se muito em qualidade, já que se permite que empresas sem qualquer tipo de experiência participem da Licitação. Neste mesmo sentido, cabe lembrar que estamos diante de uma Licitação do tipo “técnica e preço”.

9. Visita Técnica

Não identificamos na minuta de edital a exigência de visita técnica nas unidades UAI e principalmente nos imóveis públicos onde são estabelecidos algumas unidades. Entendemos ser fundamental a visita técnica nos imóveis públicos e nas UAI da capital para que o futuro concorrente obtenha todas as informações para subsidiar a elaboração de sua proposta técnica e comercial.

Estas são as nossas contribuições que por ora apresentamos sendo que manteremos nossa avaliação sobre os documentos em consulta para posterior envio de contribuições a esta Secretaria.



(fim)